

Entre os dias 15 e 17 de setembro, a Comissão Estadual de Negociação com os planos de saúde se encontrou com mais três operadoras de planos de saúde, dando continuidade ao trabalho por reajuste de 13,5% nos procedimentos, entre outras demandas dos médicos no setor da Saúde Suplementar.

Participaram pela Comissão: o diretor de Defesa Profissional da Associação Paulista de Medicina, Marun David Cury, o diretor de Tecnologia da Informação da APM, Antônio Carlos Endrigo, e o assessor médico da diretoria da APM, Marcos Pimenta.

Pelas operadoras, estiveram nos encontros: os gerentes Carlos Eduardo Santos e Leonardo de Oliveira e os coordenadores Marina Santos da Silva e Luciano Mota Leal, representando a Funcesp; o diretor de Mauricio Lopes e os gerentes Ubiratan de Oliveira e Silmara Marina Teles, representando a Economus; e o gerente Rafael Marques Ielpo, representando a Unimed Seguros.

Desde o começo de agosto, os médicos têm mantido encontros virtuais com as principais empresas do setor. Já conheceram a pauta da Comissão, neste ano: Cassi, Omint, Bradesco Saúde, SulAmérica Saúde, Saúde Caixa, Notredame/Intermédica, Gama, Care Plus e Porto Seguro.

Pauta 2020

Neste ano, a pauta dos médicos do estado de São Paulo tem como primeiro item o reajuste de procedimentos em 13,5% – cifra que representa a inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescida de 10% de recomposição de perdas históricas.

A Comissão também pede: adoção dos critérios de hierarquização de procedimentos previstos na CBHPM como fórmula de cálculo de remuneração; não descredenciamento imotivado de prestadores por 12 meses; e discussão prévia com prestadores e entidades representativas acerca de formas diferenciadas de remuneração que não sejam o fee for service.

O grupo é formado pela Associação Paulista de Medicina e suas Regionais, com o apoio da Academia de Medicina de São Paulo e das sociedades de especialidades paulistas e nacionais com sede em São Paulo. Ao início de cada ano, é realizada uma Assembleia com representantes das entidades para definir a lista de reivindicações.

Fonte: APM, em 17.09.2020